



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº: 01/13
PROCESSO FF Nº 1309/12

Nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações introduzidas pelas Leis Federais No. 8.883, de 08 de junho de 1.994 e No. 9.648, de 27 de maio de 1.998, pelas Leis Estaduais nº 6.544, de 22 de novembro de 1.989, nº 9.000 e 9.001, de 26 de dezembro de 1.994 e nº 9.797, de 07 de outubro de 1.997 e demais Legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie, especialmente as contidas na Lei Estadual No. 6.884, de 29 de agosto de 1.962 e Decreto Estadual No. 25.341/86 e Lei Federal 9.985/00, faço público que se acha aberta na Fundação Florestal para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, no Núcleo de Licitações, Contratos e Compras, licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA Nº 01/13** considerando o **MAIOR VALOR MENSAL OFERTADO**, objetivando a outorga de permissão de uso qualificada e remunerada para a exploração de atividades no Parque Estadual Campos do Jordão – situado na Av. Pedro Paulo, s/n, prédio 11 – Campos do Jordão – SP - em áreas destinadas à exploração e operação de equipamento de alimentação denominado Chocolateria. Os eventos relativos ao procedimento licitatório objeto do presente Edital obedecerão às seguintes datas, prazos e locais:

ENTREGA DO EDITAL: O Edital estará disponível a partir do dia **04/09/2013**, aos interessados nos sites: eneociospublicos.sp.gov.br e www.fflorestal.sp.gov.br.

REALIZAÇÃO DE VISTORIA OBRIGATÓRIA PELOS LICITANTES INTERESSADOS: podendo ser realizada até a Véspera da sessão de entrega dos envelopes de proposta e documentação. A vistoria deverá ser previamente agendada pelo telefone (12) 3663-3762, no **Parque Estadual Campos do Jordão, à Avenida Pedro Paulo, s/n – Campos do Jordão – SP.**

OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES, ESCLARECIMENTOS E ENVIO DE QUESTIONAMENTOS: até às **17:00 horas do dia 03/10/13, por escrito**, no Núcleo de Licitações, Contratos e Compras à Rua do Horto, 931 – (entrada pela Av. Luiz Carlos Gentile de Laet, altura do nº 600) – Prédio 2 – 1º andar — Horto Florestal - São Paulo – SP, fone/fax (11) 2997.5000.

ENTREGA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO: até **09:00 horas do dia 08/10/13**, nas dependências da Fundação Florestal, Núcleo de Licitações, Contratos e Compras localizada na Rua do Horto, 931 – (entrada pela Av. Luiz Carlos Gentile de Laet, altura do nº 600) – Prédio 2 – 1º andar — Horto Florestal - São Paulo – SP

ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA: às **09:00 horas do dia 08/10/13**, nas dependências da Fundação Florestal, Núcleo de Licitações, Contratos e Compras localizada na Rua do Horto, 931 – (entrada pela Av. Luiz Carlos Gentile de Laet, altura do nº 600) – Prédio 2 – 1º andar — Horto Florestal - São Paulo – SP



1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a outorga de Permissão de Uso para a **EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE UMA CHOCOLATERIA** no Parque Estadual Campos do Jordão, localizado à Avenida Pedro Paulo, s/n, prédio 11 – Campos do Jordão – SP.

1.1 Os serviços operacionais, tais como manutenção, limpeza e segurança (alarme), e as despesas com as concessionárias do serviço público: água e energia elétrica, correrão por conta da PERMISSIONÁRIA conforme Termo de Referência;

1.2 O funcionamento da chocolateria, e a execução das demais atribuições previstas neste Edital deverão pautar-se por elevado padrão de qualidade, em todos os seus aspectos, de forma a atender a tempo e modo as expectativas dos usuários, não se admitindo dificuldades em razão de sua localização e custo, especialmente quanto à forma de execução dos serviços de alimentação que se pautarão pelo disposto no Anexo I – Termo de Referência.

1.3 A Fundação Florestal, doravante denominada simplesmente PERMITENTE, não fornecerá nenhuma espécie de equipamentos, insumos, móveis, utensílios e utilidades, necessários ao funcionamento da chocolateria, nem à execução das demais atribuições, correndo a cargo da PERMISSIONÁRIA todas as despesas decorrentes.

1.4. As empresas interessadas em participar da presente licitação deverão vistoriar o local, de modo a se cientificarem das exatas condições de execução de seu objeto e obter, para sua própria utilização, por sua conta e risco, toda a informação necessária para a elaboração da proposta e eventual execução do Termo de Permissão de Uso, bem como do estado em que se encontra o espaço destinado a execução do objeto, não sendo aceitas posteriormente quaisquer alegações de desconhecimento. Na ocasião, será emitido Atestado de Vistoria, cuja apresentação **É OBRIGATÓRIA** para a qualificação técnica da licitante, conforme subitem 4.3.4.c do presente Edital. A vistoria deverá ser previamente agendada pelo telefone (12) 3663.3762, com a Administração do Parque Estadual Campos do Jordão, podendo ser realizada até a Véspera da sessão de entrega dos envelopes de proposta e documentação.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto, sediadas em qualquer um dos Estados da República Federativa do Brasil, que apresentem toda a documentação exigida e cumpram às exigências contidas neste Edital.

2.2 Não poderão participar desta licitação:

- a) as empresas de que trata o Art. 9º da Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei 8.883/94;
- b) empresas declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- c) empresas em estado de falência ou concordata;
- d) consórcios.

- 2.3 A apresentação da documentação e proposta significará que o licitante tomou conhecimento de todas as informações que julgou necessárias à sua participação, devendo cumprir integralmente as exigências contidas neste Edital e Anexos.

3. PARTES INTEGRANTES DO EDITAL

Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os documentos relacionados nos ANEXOS de n.º I a VIII, conforme segue:

- Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- Anexo II – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- Anexo III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
- Anexo IV – ATESTADO DE VISTORIA AOS LOCAIS DOS SERVIÇOS
- Anexo V – MODELO DE DECLARAÇÃO
- Anexo VI – ATESTADO DE VISTORIA
- Anexo VII – RESOLUÇÃO SMA Nº57, DE 12/07/2013
- Anexo VIII – MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os interessados deverão apresentar o respectivo comprovante de registro cadastral junto ao CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo, acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 4.2.1 a 4.2.3 que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade, na data de apresentação das propostas, vencidos.

4.1.1. Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 4.1, a Comissão Julgadora, se necessário, diligenciará junto ao CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo.

4.2. Os demais interessados do ramo pertinente ao objeto, não cadastrados na forma do subitem 4.1, deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, referentes à:

4.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



4.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - a.1 Se a licitante for cooperativa, a certidão deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- d) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei;
 - d.1. A prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** será efetuada mediante apresentação da Certidão de Quitação de Tributos Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal e Certidão quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. No caso de emissão posterior a 01/09/2005 deverá ser apresentada a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
 - d.2. A confirmação da regularidade fiscal do licitante junto ao Departamento da Receita Federal, será confirmada pela Comissão Julgadora através da INTERNET www.receita.fazenda.gov.br, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 31/08/2005, da Procuradoria da Fazenda Federal e Receita Federal do Brasil.
 - d.3. A prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** será efetuada mediante apresentação de Certidão onde inexistam débitos fiscais relativos a todos os impostos estaduais.
 - d.4. A prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** será efetuada mediante apresentação de Certidão específica para Tributos Mobiliários.
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - Certidão Negativa de Débito – CND, fornecida pelo I.N.S.S. e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.) – Certificado de Regularidade de Situação – C.R.F. fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
 - e.1. A Comissão de Julgamento confirmará a veracidade do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, através de site na INTERNET www.caixa.gov.br.
 - e.2. A Comissão de Julgamento confirmará a veracidade da Certidão Negativa de Débito – CND do INSS, através de site daquele Instituto, na INTERNET - www.mpas.gov.br.

- e.3 Na hipótese de não constar prazo de validade nas Certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidos os expedidos até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º. De maio de 1943.

4.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentação de atestados de desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando local, natureza, quantidades, prazos e outros dados característicos dos serviços executados;
- b) Atestado de Vistoria, emitido pela Administração do Parque Estadual Campos do Jordão, na forma indicada no subitem 1.4 do presente Edital.

4.2.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, formalizada os termos do modelo ANEXO VI deste Edital, em cumprimento ao Decreto No. 42.911, de 06.03.98, emitida em papel timbrado com a denominação ou razão social da licitante e assinada por seu representante legal;
- b) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual 10.218, de 12/02/99, conforme Anexo V deste Edital, emitida em papel timbrado com a denominação ou razão social da licitante e assinada por seu representante legal.

4.2.5. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA

- a) As microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei Federal n. 11.488/2007, desde que assim definidas no ato constitutivo, estatuto ou contrato social registrado na Junta Comercial ou no ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão apresentar a documentação prevista no subitem 4.2.3. para fins de comprovação de sua regularidade fiscal, cabendo a sua habilitação ainda que tais documentos apresentem alguma restrição, nos termos do que estabelece o artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- c) A não regularização da documentação comprobatória da regularidade fiscal das

microempresas e empresas de pequeno porte no prazo assinalado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA

- 5.1. Os documentos para habilitação e a proposta deverão ser apresentados, separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da licitante proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA
CONCORRÊNCIA FF Nº 01/13
Processo FF 1309/2012

ENVELOPE Nº 2 – HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA FF Nº 01/13
Processo FF-1309/2012

- 5.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em uma única via, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou, ainda, cópia acompanhada do original para autenticação por membro da Comissão de Julgamento. Os documentos deverão estar encadernados, com todas as folhas numeradas seqüencialmente, preferencialmente na ordem em que se encontram relacionados no item 4 do presente Edital.
- 5.3 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa licitante, na forma estabelecida no Anexo III deste Edital, e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e assinada pelo representante legal da licitante, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:
- 5.3.1 Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal do licitante, se houver;
- 5.3.2 Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com o Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
- 5.3.3 Preço mensal para o item que integra o objeto da presente licitação e preço total ofertado para a Permissão de Uso pretendida, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- 5.3.4 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.
- 5.4 A proposta e todos os demais documentos necessários à habilitação emitidos pela licitante deverão ser subscritos por representante legal da empresa, devidamente identificado em um dos documentos relacionados no subitem 4.3.1 deste Edital ou por procurador da empresa, hipótese em que deverá ser apresentado, também, o respectivo instrumento de procuração firmado por seu representante legal.

6. ABERTURA DOS ENVELOPES E PROCEDIMENTO

- 6.1 No local, data e horário indicados no preâmbulo desta Concorrência, em sessão pública, a Comissão Especial Julgadora de Licitações procederá à abertura dos envelopes.
- 6.2 A licitante poderá apresentar-se ao ato por seu representante legal ou pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir no processo licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.
- 6.3 Os representantes das proponentes deverão identificar-se exibindo a Carteira de Identidade, acompanhada do contrato social da licitante e do instrumento de procuração, quando for o caso, para que sejam verificados os poderes do outorgante e do mandatário.
 - 6.3.1. É vedada a participação de uma única pessoa como representante de mais de uma licitante.
- 6.4 A entrega dos envelopes configura a aceitação de todas as normas e condições estabelecidas nesta Concorrência, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 6.5 Após a entrega dos envelopes não serão admitidas alegações de erro ou engano na cotação das propostas, bem como nas demais condições ofertadas. Salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Especial Julgadora de Licitações.
- 6.6 Aberto o envelope “PROPOSTA” não se admitirá desistência enquanto perdurar a validade da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Julgadora.

7. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1 A análise das propostas visará à verificação do atendimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, sendo desclassificada a proposta que:
 - 7.1.1 Estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste Edital;
 - 7.1.2. Apresentar preço mensal da Permissão de Uso INFERIOR a: R\$ 1.666,67 (um mil e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)
- 7.2 Não serão consideradas, para fins de julgamento da proposta:
 - a) Oferta de vantagem não prevista neste instrumento convocatório e nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
 - b) Oferta de prazo ou condições diferentes dos fixados nesta concorrência.
- 7.3 Na hipótese de desclassificação de todos os licitantes, poderá a Administração, conforme faculta o Parágrafo 3º do Artigo 48 da Lei Federal 8.666/93, marcar nova data para abertura dos envelopes contendo as novas propostas, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

- 7.4 O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão de Julgamento, sendo considerada vencedora a proposta que, atendendo a todas as condições deste Edital, oferecer o **MAIOR PREÇO MENSAL**, respeitado o preço mínimo indicado no subitem 7.1.2.
- 7.5. Se a licitante for cooperativa de trabalho, para fins de aferição do preço ofertado, será acrescido ao valor indicado, no subitem 7.1.2., o percentual de 15% (quinze por cento) a título de contribuição previdenciária, que constitui obrigação da Administração permitente (artigos 15 e 22, inc. IV, da Lei Federal nº 8.212, de 24.06.1991, este último dispositivo com a redação dada pela Lei Federal nº 9.876, de 26.11.1999).
- 7.5.1. Em atendimento ao art. 34 da Lei Federal n. 11.488/2007, aplica-se às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 30 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.
- 7.5.2. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, detentora da proposta de melhor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou inferiores a 10% (dez por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada para que apresente preço superior ao da melhor classificada.
- 7.6 No caso de empate entre duas ou mais propostas, a adjudicação será feita pela totalidade do objeto a classificação será feita por sorteio público na mesma sessão, ou em dia e horário a ser comunicado às licitantes pelo Diário Oficial do Estado, na forma estatuída no Parágrafo 2º do Artigo 45 da Lei Federal 8.666/93.
- 7.7 A Comissão de Julgamento poderá, a qualquer tempo, solicitar às licitantes esclarecimentos que julgar necessários à instrução do procedimento licitatório ou efetuar diligências nesse sentido, vetada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da documentação de habilitação ou da proposta.
- 7.8. Após o julgamento e classificação das propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação, se procederá à devolução dos envelopes fechados às licitantes desclassificadas, com a respectiva documentação de habilitação.
- 7.9. A abertura dos envelopes nº 2 – HABILITAÇÃO dos licitantes cujas propostas forem classificadas ocorrerá com a observância das seguintes situações:
- Em seguida à abertura dos envelopes nº 1 – PROPOSTA, na mesma sessão pública, a critério da Comissão Julgadora, se todos os licitantes desistirem da interposição do recurso contra a classificação ou desclassificação.
 - Em data previamente divulgada na imprensa oficial, nos demais casos.
- 7.10. A Comissão Especial Julgadora de Licitações procederá à abertura dos Envelopes de Habilitação, sendo que os documentos, depois de verificados e rubricados por todos os presentes, serão juntados ao respectivo processo.
- Será efetuada a apreciação da documentação de habilitação das licitantes, cujas propostas tenham sido classificadas até os 3 (três) primeiros lugares.
 - Se for o caso, será procedida a abertura dos envelopes e apreciação da documentação relativa à habilitação de tantos quantos forem os inabilitados no julgamento previsto no subitem 5.10 (a) – acima.

- 7.11. Os documentos originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados, deverão ser apresentados no nas dependências da na Sede da Fundação Florestal, situada à Rua do Horto nº 931 – Prédio 2 – 1º Andar, Horto Florestal – SP, no dia da sessão de abertura.
- 7.12. Para habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 4.2.3. deste Edital, ainda que os mesmo veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- 7.13. A comprovação de que trata o subitem 7.12. (acima) deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados à partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 7.14. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 7.15. Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes não cabe inabilitá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. LOCAL E CONDIÇÕES DA PERMISSÃO DE USO

- 8.1. O Objeto desta licitação deverá ser exercido no Parque Estadual Campos do Jordão, à Avenida Pedro Paulo, s/n, prédio 11 - Campos do Jordão – SP, conforme localização constante do Anexo I, correndo por conta da PERMISSONÁRIA todas as despesas de seguros, tributos, tarifas de água e energia elétrica, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução da Permissão de Uso para a exploração da chocolateria.

9. PAGAMENTOS E REAJUSTE DE PREÇOS

- 9.1. O pagamento do valor mensal devido pela Permissão de uso será efetuado por meio de depósito à Fundação Florestal, na conta corrente do Banco do Brasil que será fornecida posteriormente pela mesma, e os pagamentos serão efetuados mensalmente até o quinto dia útil do mês subsequente a celebração do termo de permissão de uso.
 - 9.1.1. Os valores fixados para a retribuição serão reajustados anualmente pela variação do IPC-FIPE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, mês de referência dos preços: Janeiro/2013.
 - 9.1.2. O atraso no pagamento implicará na cobrança de multa de 2% (dois por cento) do valor do débito e na cobrança de juros moratório, conforme estabelecido em Lei, e poderá acarretar na revogação da permissão, independente de formalidade judicial ou extrajudicial.

10. FORMALIZAÇÃO DA PERMISSÃO DE USO

- 10.1. A Permissão de Uso decorrente da presente licitação será formalizada através do Anexo VIII deste Edital - Termo de Permissão de Uso.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

- 10.2 Após a adjudicação do objeto da presente licitação e sua homologação, será a licitante vencedora, convocada, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, a comparecer nas dependências da **Sede da Fundação Florestal, situada à Rua do Horto nº 931 – Prédio 2 – 1º Andar, Horto Florestal – SP.**
- a) No caso de alguma(s) certidão(ões) apresentada(s) pela licitante vencedora para a sua habilitação no procedimento licitatório tiver tido seu prazo de validade vencido até a data de formalização do Termo de Permissão de Uso, deverá a mesma apresentar novo(s) documento(s) válido(s) nessa ocasião.
 - b) O não comparecimento dentro do prazo estabelecido no subitem 10.2 deste Edital, ou a não apresentação dos documentos na hipótese prevista no subitem 10.2.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do Artigo 81 da Lei Federal 8.666/93 e do Artigo 79 da Lei Estadual 6.544/89, decaindo a adjudicatária do direito à Permissão de Uso e sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, conforme indicado nos subitens 11.1 e 11.2 abaixo.
 - c) Na hipótese prevista no subitem 10.2.2, fica facultado à Administração, nos termos previstos no Parágrafo 2º do Artigo 64 da Lei Federal 8.666/93, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para formalizar o Termo de Permissão de Uso, nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive no que se refere ao preço.
- 10.3 A Permissão de Uso será formalizada pelo período de 30 (trinta) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por períodos iguais ou inferiores, a critério da Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, podendo ainda, ser revogada pela administração, a qualquer tempo, por razões de conveniência e oportunidade.
- a) A PERMISSÃO poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem 10.3, desde que o faça mediante documento escrito, a ser protocolado na Rua do Horto, 931, prédio nº2, 1º andar – Núcleo de Licitações, Contratos e Compras – (entrada pela Av. Luiz Carlos Gentile de Laet, altura do nº 600) – Horto Florestal - São Paulo, com 90 (noventa) dias de antecedência ao vencimento do Termo, ou de cada uma das prorrogações de seu prazo de vigência.
 - b) A não prorrogação do prazo de vigência da Permissão de Uso, bem como, sua revogação antes do prazo final, por conveniência da Administração, não gerará à PERMISSÃO direito ou qualquer outra espécie de indenização.
 - c) As prorrogações do prazo de vigência da Permissão de Uso serão formalizadas mediante celebração de Termos Aditivos, observadas as condições estabelecidas na Lei Federal 8.666/93.
- 10.4 O prazo para início das atividades objeto do Termo de Permissão de Uso será de até 30 (trinta) dias a partir da data de sua assinatura.

11. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 11.1 No caso da PERMISSÃO inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Artigos 86 e 87 da Lei Federal 8.666/93 e nos Artigos 80 e 81 da Lei Estadual 6.544/89, nos termos estabelecidos na Resolução SMA 29, de 24/09/99.
- 11.2 As multas previstas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra, não tendo qualquer efeito compensatório, sendo que o seu pagamento não eximirá a PERMISSÃO da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas nem tampouco



FUNDAÇÃO FLORESTAL

impedirá que a PERMITENTE rescinda unilateralmente o Termo de Permissão de Uso em sua decorrência.

12. RECURSOS

- 12.1 Dos atos praticados pela Administração nas diversas fases da presente licitação caberão os recursos previstos no Artigo 109 da Lei Federal 8.666/93, que deverão ser protocolados nas dependências da na **Sede da Fundação Florestal, situada à Rua do Horto nº 931 – Prédio 2 – 1º Andar, Horto Florestal – SP.**

13. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 13.1 Os casos omissos da presente concorrência serão solucionados pela Comissão de Julgamento.
- 13.2 Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, em detrimento de qualquer outro, para dirimir qualquer questão decorrente da presente licitação, não resolvidos na esfera administrativa.

São Paulo, de de 2013

Olavo Reino Francisco
Diretor Executivo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL LOCALIZADO NO PARQUE ESTADUAL CAMPOS DO JORDÃO PARA FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTO DE ALIMENTAÇÃO - CHOCOLATERIA.

I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. OBJETO

- 1.1. Outorga de Permissão de uso qualificada e remunerada de imóvel localizado no Parque Estadual Campos do Jordão – PECJ, sito a Avenida Pedro Paulo s/nº, Campos do Jordão, São Paulo, para a exploração de alimentação – chocolateria, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
- 1.2. As atividades a serem desenvolvidas na edificação deverão ser especificamente a comercialização de chocolates, doces, lanches, salgados e bebidas.

2. DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o objetivo de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral é a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos naturais”¹, e que os únicos usos permitidos são os com finalidade recreativa, educação ambiental e pesquisa científica, a Fundação Florestal entende que os recursos disponíveis, tanto humanos como financeiros, deverão ser priorizados para o atendimento dos objetivos principais da Unidade, e as atividades relativas à oferta de alimentação aos visitantes, devem ser realizadas por terceiros, justificando a presente permissão.

O Parque Estadual Campos do Jordão, Unidade de Conservação de Proteção Integral, com área total de 8.341,00 hectares, ocupa um terço da área do município, estando a 15km do centro. Foi criado em 1941, através do Decreto Lei nº11.908 de 27/03/1941 e sua gestão é realizada integralmente pela Fundação Florestal, órgão vinculado à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Para que se possa cumprir o objeto proposto a Permissionária deve possuir, além de perfil empreendedor, a sensibilidade para perceber que o público visitante do Parque Estadual Campos do Jordão, fundamentalmente, busca o contato com a natureza e a cultura local. É um público exigente quanto às questões ambientais e de consumo responsável.

Não se trata do simples funcionamento de um equipamento de alimentação, e sim da prestação de serviços a um visitante diferenciado que deve voltar ao seu local de origem recomendando o Parque Estadual Campos do Jordão a amigos pela exuberância da natureza e pela qualidade dos serviços oferecidos.

Atendê-lo bem significa mais que oferecer refeições saborosas dentro de padrões de qualidade de produtos e de higiene, significa compreender a observância de regras ambientais como o uso de materiais recicláveis, o uso de produtos orgânicos e a necessidade de valorização de produtos locais

¹ Lei Federal nº 9985 de 18 de junho de 2000 (SNUC)



para que se possa a medida do possível promover a geração de renda local e práticas sustentáveis no entorno do Parque.

A edificação em questão localiza-se na área de uso público do Parque, conforme Plano de Manejo aprovado em 1975, e destina-se à oferta de alimentação aos visitantes e, eventualmente, funcionários.

Para ingresso ao Parque, é cobrado do visitante o valor de R\$ 9,00, de acordo com a Portaria Normativa FF nº 162/2012. Automóveis e motos e demais veículos também são tarifados.

O presente Termo de Referência reúne as normas, exigências e condicionantes a serem observados para a permissão do uso remunerado desse bem imóvel.

2.1. Caracterização da visitação do PECJ.

O Parque recebe entre 70.000 e 90.000 visitantes por ano, como pode ser observado na tabela de visitação anual de 2002 a 2011, sendo um dos Parques Estaduais mais visitados, entre os que Fundação Florestal faz a gestão.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006
Visitantes	87.483	78.248	63.241	59.541	61.982

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Visitantes	62.537	53.966	71.766	84.212	90.249

Tabela 01: **Visitação do PECJ entre 2002 e 2011.**

A visitação no Parque é bem distribuída entre os meses do ano, entretanto observa-se uma variação no mês de julho, devido ao município receber uma grande quantidade de visitantes no período do inverno.

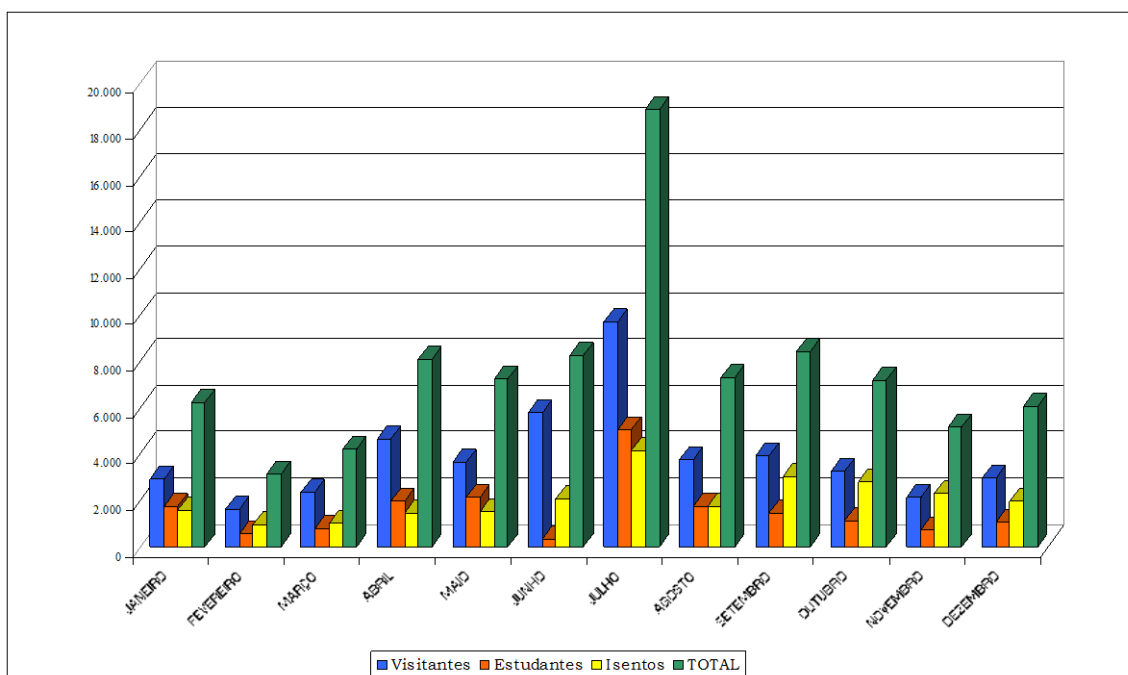


Gráfico 01: **Visitação mensal em 2011.**

O Perfil do visitante do PECJ foi traçado com base em pesquisa realizada no mês de julho de 2010 e 2011. A procedência do público visitante do PE Campos do Jordão é quase em sua totalidade do Estado de São Paulo, sendo aproximadamente 50% da Capital, seguido pelos municípios da região do Vale do Paraíba e os demais distribuídos entre municípios do litoral e interior. De outros estados, destaca-se o Rio de Janeiro com 9% dos entrevistados.

Procedência	%
São Paulo (capital)	46,34
Interior	20,00
Vale do Paraíba	10,24
Outros Estados	9,76
Rio de Janeiro	9,27
Litoral	3,41
Exterior	0,98
TOTAL	100,00

Aproximadamente, metade do público entrevistado está na faixa entre 31 a 50 anos. Já a renda familiar apontada pela pesquisa mostra que os visitantes do Parque se concentram em uma faixa acima da média do Estado de São Paulo, com 37% dos entrevistados com ganhos superiores a R\$ 6.000,00.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Faixas de Renda (R\$)	%
Até 1.000	2,26
De 1.001 a 2.000	5,28
De 2.001 a 3.000	16,23
De 3.001 a 4.000	11,32
De 4.001 a 6.000	19,62
Acima de 6.000	36,98
Não opinaram	8,30
TOTAL	100,00

Com relação ao tipo de grupo, o visitante entrevistado, em sua maioria, veio acompanhado por grupos de trabalho (36%), em seguida por grupos escolares (25%), casal (19%) e, por último, grupos de amigos (12%).

Nota-se também pela pesquisa que o público visitante da Unidade está disposto a conhecer novos lugares e estar em contato com a natureza. A pesquisa apontou que 55% dos entrevistados visitaram o Parque pela primeira vez, enquanto 25% costumam visitá-lo ao menos uma vez ao ano.

A maioria dos visitantes do PE Campos do Jordão, aproximadamente 55%, vão ao Parque para aproveitar a área de uso público voltada para atividades de lazer como restaurante, lojas e entretenimento, enquanto que as trilhas da Unidade são utilizadas por 45% do público. A característica mais marcante do Parque, segundo a pesquisa, foi apontada como sendo a paisagem e natureza, com destaque para a área do lago.

Motivo da visita	%
Paisagem / Natureza	35,78
Lagos	14,48
Trilhas	9,37
Arvorismo	7,67
Viveiro	6,30
Trenzinho	6,30
Centro de Visitantes	5,79
Restaurante	5,28
Café / Chocolates	4,26
Lojas	2,39
Outros	2,39
TOTAL	100,00

Das pessoas entrevistadas, aproximadamente, 75% disse que a visita ao Parque atendeu suas expectativas e quase 20% que as superaram. Esse apontamento é confirmado pelo fato de que praticamente todos os entrevistados (98%) recomendariam o Parque a terceiros.

A indicação "boca a boca" foi identificada como a segunda maneira de conhecimento da Unidade (quase 15%), sendo precedido apenas pelo fato de já terem visitado o Parque em outras ocasiões

(38%). A sinalização indicativa do Parque presente no município de Campos do Jordão também se mostrou representativa, com 14% das respostas.

3. IMÓVEL OBJETO DA PERMISSÃO DE USO

O imóvel, localizado na área de uso público do Parque Estadual Campos do Jordão, compreende uma área total de 114,02 m², com o pé-direito de 2,47 m, conforme planta de arquitetura constante no anexo A. Possui paredes em seu entorno de madeira, com piso de madeira e cerâmica na área dos banheiros e teto em madeira. Existe também um deck de madeira anexo ao prédio. O prédio possui acesso a deficientes físicos.



Foto 01. Imóvel destinado à chocolateria.

3.1 Manutenção e Adequações da edificação

3.1.1 Para a implantação e operação da Chocolateria a permissionária deverá realizar algumas adequações na edificação objeto da presente permissão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do instrumento, sendo que os valores serão custeados pela permissionária, a saber:

- Construção de novo sanitário de acordo com a norma NBR 9050/2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, conforme proposta de sanitário acessível (anexo C) e planilha orçamentária estimada (anexo D). O valor apresentado configura-se como uma estimativa e poderá sofrer variações de acordo com o detalhamento do projeto;
- Adequação do sanitário masculino e feminino existente, de acordo com proposta de sanitário (anexo B) e planilha orçamentária estimada (anexo E);
- Adequação da declividade e implantação de guarda-corpo na rampa de acesso a edificação, de acordo com norma NBR 9050/2004, conforme proposta de rampa acessível (anexo F) e planilha orçamentária estimada (anexo G);
- Limpeza e manutenção dos sistemas de fossa-filtro-sumidouro, conforme planilha orçamentária estimada.

3.1.2 A permissionária deverá também proceder a limpeza e manutenção dos sistemas de fossa-filtro-sumidouro periodicamente a cada 2 (dois) meses ou quando observado início de transbordamento.



3.1.3 Qualquer melhoria que implique investimento na edificação por parte da Permissionária, incluindo as adequações indicadas no item 3.1.1 deverá ser discutida junto à permitente. Em caso de aprovação, o projeto deverá ser acompanhado pela permitente.

3.1.4 No momento da liberação do imóvel à Permissionária, será realizada uma vistoria pela Fundação Florestal que deverá contar com a participação de um representante da Permissionária para avaliar as condições do mesmo e elaborar um relatório de vistoria. O imóvel deverá ser entregue, após o término da permissão ou em caso de rescisão, nas mesmas condições especificadas nesse relatório de vistoria.

3.1.5 A permissionária deverá se responsabilizar pela manutenção integral da edificação objeto da permissão, bem como pela realização da pintura, interna e externa, quando indicada sua necessidade pela permitente.

3.1.6. As benfeitorias realizadas no imóvel serão incorporadas ao patrimônio público e não serão passíveis de indenização à Permissionária.

II – CONDIÇÕES DE USO

1. NORMAS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CHOCOLATERIA

1.1 As despesas com alimentação deverão ser pagas diretamente à Permissionária da Chocolateria;

1.2 É de competência da Permissionária a administração financeira e contábil de seus serviços, bem como a aquisição, armazenamento e controle de qualidade de insumos para o preparo da alimentação;

1.3 O funcionamento da Chocolateria deverá ser compatível com o horário de visitação do PE Campos do Jordão, de quinta-feira a terça-feira, das 9h00 às 17h00, durante todos os meses do ano. A Chocolateria deverá funcionar também as quartas-feiras, quando ocorrerem feriados nacionais, estaduais ou do município de Campos do Jordão, salvo determinação contrária da administração da Unidade.

1.4 No caso da realização de eventos e festividades o horário poderá ser alterado, mediante prévia autorização da Administração do Parque.

1.5 O funcionamento da Chocolateria em dias e horários diferentes dos previstos deverá ser solicitado e justificado com antecedência mínima de 10 dias junto à Administração do Parque.

1.6 A Permissionária deverá dispor de todo o mobiliário e equipamento necessário para o bom funcionamento da loja, promovendo a adequação da área a suas atividades. Todo o mobiliário e artefatos de decoração deverão ser compatíveis com as propostas e objetivos do PE Campos do Jordão, e as adequações deverão ser aprovadas pela Fundação Florestal.

1.7 É de exclusiva responsabilidade da Permissionária a guarda de materiais, equipamentos, utensílios, mercadorias e todos os demais produtos, insumos e valores de sua propriedade ou posse.

1.8 A Administração do Parque fornecerá instruções a respeito das atividades e posturas a serem assumidas pela Permissionária em Unidade de Conservação e deverão ter frequência integral pelos colaboradores da Permissionária.

1.9 A permissionária deverá fornecer nota fiscal das mercadorias comercializadas, conforme legislação federal, estadual e municipal.



1.10 Toda atividade de comercialização dos produtos deverá estar de acordo com as normas previstas pelo código do consumidor.

2. OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

2.1 Equipe de Trabalho

2.1.1 Manter em atividade pessoal competente e capacitado, em número suficiente à perfeita execução dos trabalhos, levando em consideração a sazonalidade de visitação do Parque e os dias e horários determinados para funcionamento.

2.1.2 A contratação e remuneração de funcionários para funcionamento da Chocolateria é de responsabilidade exclusiva da Permissionária, devendo esta atender as leis e diretos trabalhistas vigentes, não existindo vínculo entre esses funcionários e a Fundação Florestal.

2.1.3 Contratar no mínimo 70% dos recursos humanos necessários às atividades, na região do entorno do PE Campos do Jordão.

2.1.4 São responsabilidades da Permissionária orientar, monitorar e fiscalizar a atuação e comportamento do pessoal por ele contratado.

2.1.5 Os colaboradores devem portar identificação nominal, mediante o uso de crachás durante o turno de serviço, bem como tratar os usuários com civilidade, observando compostura, discrição e polidez.

2.1.6 Fornecer previamente ao Parque Estadual Campos do Jordão relação nominal do pessoal empregado, ainda que em caráter eventual, com a respectiva qualificação, atualizando-a quando ocorrer qualquer alteração, e apresentando, quando solicitado, os documentos de identificação destas pessoas.

2.2 Higienização pessoal

2.2.1 Os colaboradores devem vestir uniformes padronizados em cores e modelos a serem aprovados pela Administração do PECJ.

2.2.2 Os colaboradores devem permanecer asseados, manter as unhas cortadas e limpas, barba feita e conservar os cabelos curtos ou presos, e sempre adequadamente penteados.

2.2.3 Os colaboradores que estejam diretamente envolvidos no manuseio e preparo de alimentos são obrigados a usar toucas e luvas plásticas descartáveis; exceção ao uso de luvas deve ser feito quando implicarem em risco de acidente de trabalho, como no manuseio de fornos, fogões, flambadores, fritadeiras, masseiras e assemelhados.

2.3 Controle de saúde

2.3.1 Os colaboradores devem submeter-se a exame médico periódico, de acordo com as normas de saúde pública.

2.3.2 Manter estoque completo de primeiros socorros para atendimento de emergência a colaboradores.

2.4 Processos de produção e manipulação de alimentos

2.4.1 Deverão ser observadas todas as legislações vigentes, listadas a seguir, para a produção e manipulação de alimentos, incluindo todas as suas etapas: compra de matéria prima; recebimento; armazenamento; pré-preparo; resfriamento; congelamento; cozimento; distribuição; reaquecimento; e, sobras.

- Resolução - RDC n.º 216, de 15 de setembro de 2004 – MS, aprova o Regulamento Técnico e estabelece procedimentos de Boas Práticas para serviços de alimentação a fim de garantir as condições higiênico-sanitárias do alimento preparado;
- Portaria n.º 2619, de 06 de dezembro de 2011 – SMS, aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas e estabelece critérios/ procedimentos operacionais padronizados para a produção de alimentos;
- Portaria n.º 1428, de 26 de novembro de 1993 – MS, aprova o Regulamento Técnico para a inspeção sanitária de alimentos, as diretrizes para o estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos e o Regulamento Técnico para o estabelecimento de padrão de identidade e qualidade para serviços e produtos na área de alimentos;
- Portaria n.º 326, de 30 de junho de 1997- MS, aprova o Regulamento Técnico "Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores Industrializadores de Alimentos";
- Portaria n.º 06, de 10 de março de 1999 – CVS-SP, aprova o Regulamento Técnico que estabelece os Parâmetros e Critérios para o Controle Higiênico-Sanitário em Estabelecimentos de Alimentos;
- Norma ABNT NBR 15033/2004 – Turismo - Manipulador que atua em estabelecimento de serviço de alimentação no setor de turismo – Segurança de alimentos;
- Norma ABNT NBR ISO 22000/2006- Sistemas de gestão de segurança de alimentos – Requisitos para qualquer organização da cadeia produtiva de alimentos.

2.5 Higiene do ambiente de trabalho

2.5.1. O ambiente de trabalho e de uso dos clientes deverá ser higienizado de acordo com a legislação citada no item anterior, incluindo: higienização do ambiente de trabalho; higienização de equipamentos; higienização do reservatório de água; higienização dos sanitários de uso público, localizados na mesma edificação e de uso exclusivo manejo de resíduos; e controle integrado de pragas. Todas as etapas citadas deverão ser acompanhadas dos respectivos registros.

2.6 Da prestação do serviço

2.6.1 O permissionário poderá oferecer:

- a) Bebidas quentes do tipo cafés, leite, chocolates, chás, misturas e combinações entre essas bebidas, entre outras do gênero;

b) Bebidas frias do tipo água mineral, sucos, refrigerantes, isotônicos, chocolate, leite, chás, misturas e combinações entre essas bebidas, entre outras do gênero;

c) Lanches industrializados, salgados, pão de queijo, crepe, bolos, doces, compotas, produtos da culinária local, entre outros;

2.6.2 Na chocolateria não poderão ser comercializados produtos que já sejam oferecidos em outras Unidades de negócio do Parque, com exceção daqueles listados no 2.6.1;

2.6.3 Não poderão ser comercializados alimentos que precisem de algum tipo de preparo ou cozimento no local de venda, podendo a Permissionária utilizar fornos ou microondas apenas para aquecimento;

2.6.4 O permissionário deverá, sempre que possível, oferecer produtos e especialidades locais, valorizando a cultura regional e utilizar insumos cultivados ou produzidos na região de entorno do PECJ;

2.6.5 É proibida a venda das seguintes mercadorias: bebidas alcoólicas destiladas, cigarros e derivados de tabaco e demais produtos que façam apologia ou referência a qualquer tipo de preconceito, atividade ilícita ou comportamento em desacordo com os princípios de conservação do Parque e do meio ambiente.

2.7 Boas práticas ambientais:

2.7.1 Uso racional da água:

- Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, por meio de seus encarregados que devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de empregados da Permissionária;
- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água;
- Identificar pontos de uso/hábitos e vícios de desperdício de água;
- Na identificação das atividades de cada ponto de uso, os empregados devem ser treinados e orientados sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício, conscientizando os empregados sobre atitudes preventivas;
- Não interromper algum serviço, para fumar, conversar ou por outro motivo, mantendo a torneira aberta;
- Não realizar qualquer atividade que implique no desperdício de água.
- Devem ser adotados procedimentos corretos com o uso adequado da água, que utilizam a água com economia, sem desperdício e sem deixar de garantir a adequada higienização do ambiente, dos alimentos e utensílios, bem como dos empregados;
- Adotar redutores de vazão em torneiras (arejadores), de modo a contribuir para a economia de água;
- Não utilizar água para descongelar alimentos.

2.7.2 Eficiência energética



FUNDAÇÃO FLORESTAL

- A aquisição de equipamentos consumidores de energia por parte da Permissionária deverá ser realizada de modo que o bem a ser adquirido apresente o melhor desempenho sob o ponto de vista de eficiência energética (artigo 8º do Decreto 45.765, de 20/04/2001);
- Devem ser verificados na aquisição dos equipamentos, quando possível, o selo PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e o selo INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial;
- Toda instalação (elétrica, gás, vapor etc.) realizada nas dependências da Permitente deve seguir as normas INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, as normas técnicas mais atuais e os padrões internos estabelecidos para seu adequado funcionamento;
- Verificar periodicamente os sistemas de aquecimento e refrigeração. A formação de chamas amareladas, fuligem nos recipientes e gelo podem ser sinais de mau funcionamento dos equipamentos, manutenção inadequada ou utilização de combustível de má qualidade;
- Verificar, para que haja boa dissipação de calor e economia de energia elétrica, ventilação no local de instalação e a inexistência de sujeira no condensador do sistema de refrigeração;
- Verificar o local da instalação dos sistemas de aquecimento para que correntes de ar não apaguem as chamas;
- Desligar as luzes dos ambientes não ocupados e acender apenas as luzes necessárias;
- Realizar verificações e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões etc. Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;
- Repassar a seus colaboradores todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela Permitente;
- Desenvolver com seus colaboradores programas de racionalização do uso de energia.

2.7.3 Destinação dos resíduos

- A Permissionária deverá colaborar com o trabalho de Educação Ambiental desenvolvido pelo Parque Estadual, no tocante à separação e destinação dos resíduos;
- Todos os resíduos resultantes deverão ser separados em orgânico, seco (vidro, papel e metal), e lixo, sendo removidos diariamente, mantendo-o, até a destinação final, em recipientes fechados. O lixo e os resíduos orgânicos serão destinados pela Permissionária. Pilhas e baterias deverão ter destinação específica;
- Qualquer alteração na sistemática de coleta seletiva dos resíduos efetuada pelo Parque deverá ser assumida pela Permissionária;
- Nas áreas internas acessíveis ao público e nas áreas externas utilizadas, os recipientes coletores dos resíduos deverão guardar harmonia com o ambiente.

2.7.4 Produtos biodegradáveis

- Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de produtos biodegradáveis;
- Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários dos quais a aplicação nos serviços deverá observar regra basilar de menor toxicidade, livre de corantes e redução drástica de hipoclorito de sódio;



FUNDAÇÃO FLORESTAL

- Observar, rigorosamente, quando da aplicação e/ou manipulação de detergentes e seus congêneres, no que se refere ao atendimento das prescrições do artigo 44 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, e do artigo 67 do Decreto n.º 79.094, de 05 de janeiro de 1977, as prescrições da Resolução Normativa n.º 1, de 25 de outubro de 1978, dos quais os itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e da Permitente, são os Anexos da referida Resolução: ANEXO I - Lista das substâncias permitidas na Elaboração de Detergentes e demais Produtos Destinados à Aplicação em objetos inanimados e ambientes; ANEXO II - Lista das substâncias permitidas somente para entrarem nas composições de detergentes profissionais; ANEXO III - Especificações e; ANEXO IV - Frases de Advertências para Detergentes e seus Congêneres;
- Utilizar produtos detergentes de baixas concentrações e baixo teores de fosfato.

2.7.5 Controle da poluição sonora

- Para equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento, observar a necessidade de Selo Ruído, conforme Resolução CONAMA n.º 020, de 07 de dezembro de 1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição; a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas permite atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

2.8 Energia Elétrica, telefone e demais utilidades

2.8.1 A permissionária deverá providenciar imediatamente a transferência da titularidade da conta para sua razão social e assumir responsabilidade exclusiva pelo pagamento das despesas com energia elétrica. O pagamento deverá ser realizado de acordo com a medição mensal, dentro da sua data de vencimento e diretamente a concessionária de energia. Esta despesa não está incluída no valor da retribuição mensal.

2.8.2 Caso haja interesse, a Permissionária poderá solicitar a instalação de linha telefônica, devendo todos os custos de instalação, mensalidade, entre outros, serem suportados pela mesma, desde que autorizado pela permitente.

2.8.3 Os serviços de vigilância e portaria, providos pela PERMITENTE, também deverão ser ressarcidos pela PERMISSONÁRIA. O ressarcimento será proporcional a área da chocolateria frente a área total construída da Unidade, o que representa 2,06%, resultando no valor mensal de R\$ 153,67. Esse valor será reajustado periodicamente, de acordo com a variação do valor total desses serviços no PE Campos do Jordão.

2.9 Outras disposições

2.9.1 É vedada a instalação de placas, luminosos ou outros itens de efeito semelhante nas áreas externas. Quaisquer propagandas, especialmente no caso de comercialização de itens com marcas exclusivas, deverão ser discretas e no interior da Chocolateria. Exceções somente em caso de realização de eventos previamente autorizados pela Administração do PECJ, com prazo de curta duração.

2.9.2 A Permissionária deverá responsabilizar-se pela manutenção integral da edificação objeto da permissão, bem como todos os equipamentos, materiais e mobiliários disponibilizados pela Fundação



Florestal, relacionadas neste Termo de Referência, bem como pela realização da pintura, interna e externa, quando indicada sua necessidade pela Permitente.

3. É VEDADO À PERMISSONÁRIA

- 3.1 Adulterar, rasurar ou emprestar, a qualquer título, documentos emitidos pela Fundação Florestal.
- 3.2 Ceder ou transferir a terceiros, a qualquer título, a permissão outorgada, sob a pena de ter sua permissão de uso cancelada, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, retomando a área a disponibilidade da PERMITENTE, sem qualquer direito à indenização, a qualquer título.
- 3.3. Deixar de exercer as atividades econômicas à frente do ponto objeto da permissão de uso por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, sem a comunicação formal à Administração da Unidade.
- 3.4 Colocar mesas e cadeiras ao redor da edificação ou fora da área estabelecida pela Administração da Unidade.
- 3.5 A permissionária deverá responsabilizar-se de modo a que seus funcionários não:
 - 3.5.1. Exerçam suas atividades em estado de embriaguez.
 - 3.5.2. Portar qualquer tipo de arma, mesmo os possuidores de porte legal.
 - 3.5.3. Promover ou participar de brigas ou discussões.
 - 3.5.4. Utilizar aparelhos de som sem autorização da Administração do Parque.

4. DOS PREÇOS A SEREM PRATICADOS

- 4.1 Os preços cobrados pelos produtos e mercadorias deverão ser compatíveis com o tipo e qualidade dos mesmos e com as instalações e facilidades da chocolateria, bem como com os valores praticados pelo mercado local.
- 4.2 A Permissionária deverá manter, em local visível ao público, o cardápio com seus respectivos preços.

5. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 5.1. A fiscalização e acompanhamento da permissão serão realizados pela Fundação Florestal, podendo ser realizados sem prévio aviso ou concordância da Permissionária, independente de horário.
- 5.2 Como consequência da fiscalização, a Fundação poderá exigir:
 - a) A inutilização imediata de qualquer alimento quando se constatar que a qualidade, a especificação, a maneira de preparo ou as condições de higiene não atendam o estipulado neste termo;
 - b) Que a Permissionária corrija irregularidades constatadas ou responda por elas, quanto ao pessoal, serviços prestados, equipamentos e local de trabalho;
 - c) Reparos e restauração da edificação, materiais, mobiliários e equipamentos para a conservação dos bens;



d) A manutenção das condições ambientais sobre tratamento de efluentes, disposição de resíduos e demais atividades e procedimentos que envolvam impactos ambientais.

5.3 A Fundação poderá representar à autoridade competente para as sanções cabíveis, sempre que no prazo devido não forem sanadas as anormalidades que tenham sido identificadas ou tomadas as providências, que caibam à Permissionária, inclusive quanto ao recolhimento de multa.

5.4 Os produtos comercializados na chocolateria poderão ser objeto de análises clínicas, sempre que constatada possível contaminação ou deterioração desses produtos, sendo custeadas pela Permissionária.

5.5 Caberá também à Fiscalização, a avaliação contínua e permanente da qualidade dos serviços oferecidos.

6. RETRIBUIÇÃO MENSAL MÍNIMA PELA PERMISSÃO DE USO

6.1 A permissionária deverá remunerar mensalmente a Fundação Florestal pela atividade comercial da Chocolateria no imóvel localizado no PE Campos do Jordão, efetuando o pagamento da remuneração até o quinto dia útil do mês subsequente, a contar da celebração do termo de permissão.

6.2 Os valores fixados para a retribuição serão reajustados anualmente pela variação do IPC-FIPE, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo, a contar da celebração do termo de permissão.

6.3 O atraso no pagamento implicará na cobrança de multa de 2% (dois por cento) do valor do débito e na cobrança de juros moratório, conforme estabelecido em Lei, e poderá acarretar na revogação da permissão, independente de formalidade judicial ou extrajudicial.

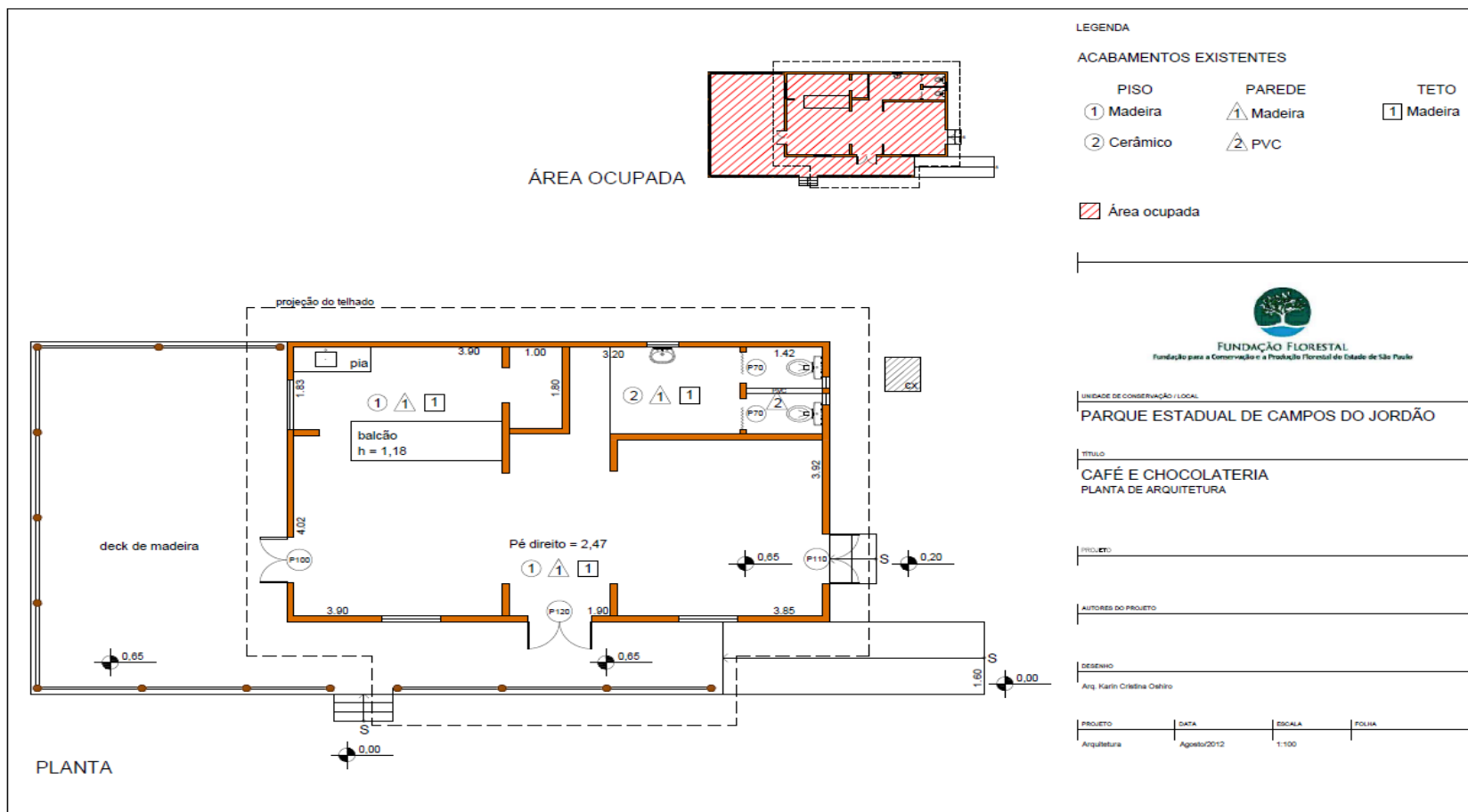
7. PRAZO

7.1 O Prazo da presente permissão é para o período de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

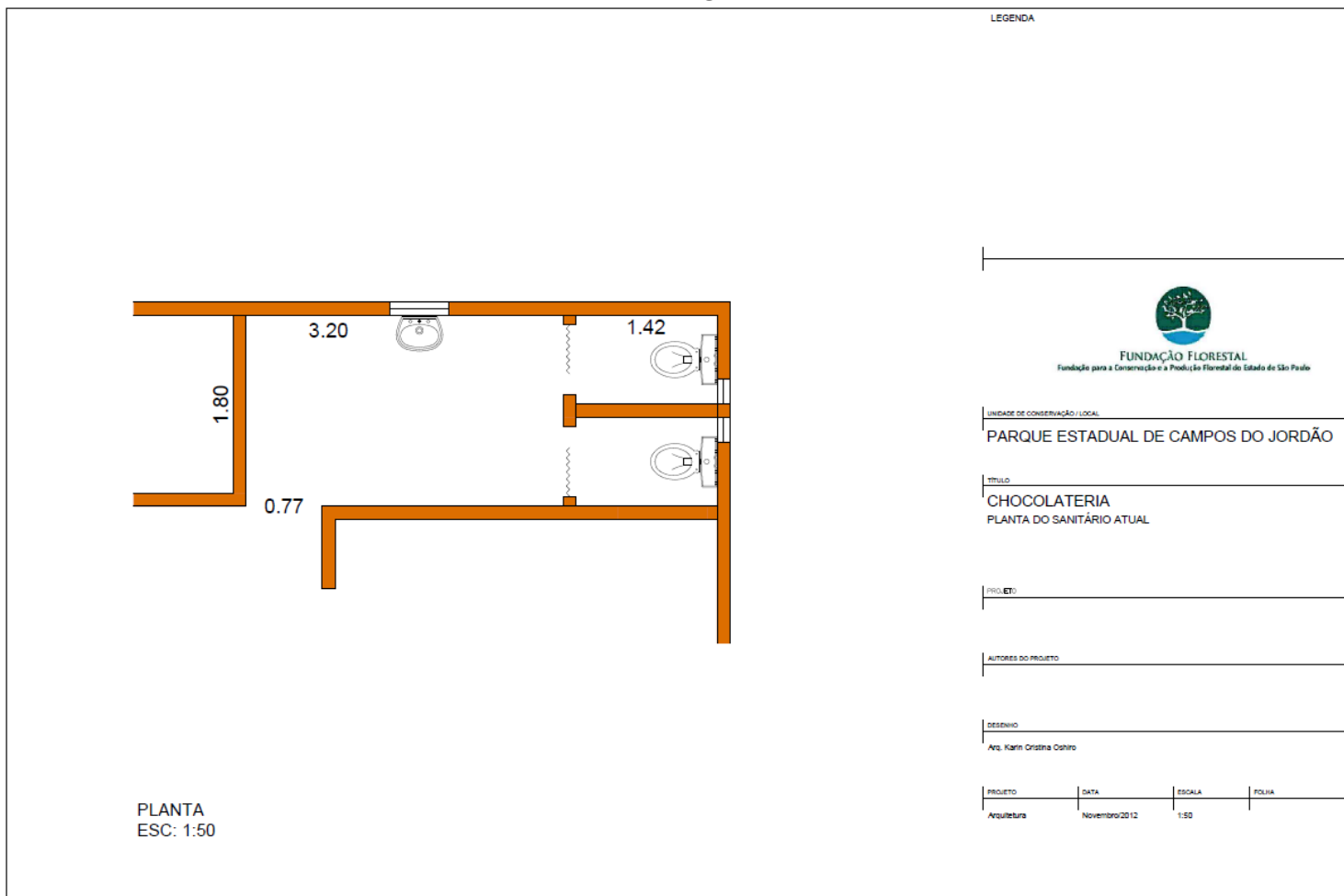
ANEXO A





FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO B



LEGENDA



FUNDAÇÃO FLORESTAL
Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO/LOCAL

PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO

TÍTULO

CHOCOLATERIA
PLANTA DO SANITÁRIO ATUAL

PROJETO

AUTORES DO PROJETO

DESENHO

Arq. Karin Cristina Oshiro

PROJETO

Arquitetura

DATA

Novembro/2012

ESCALA

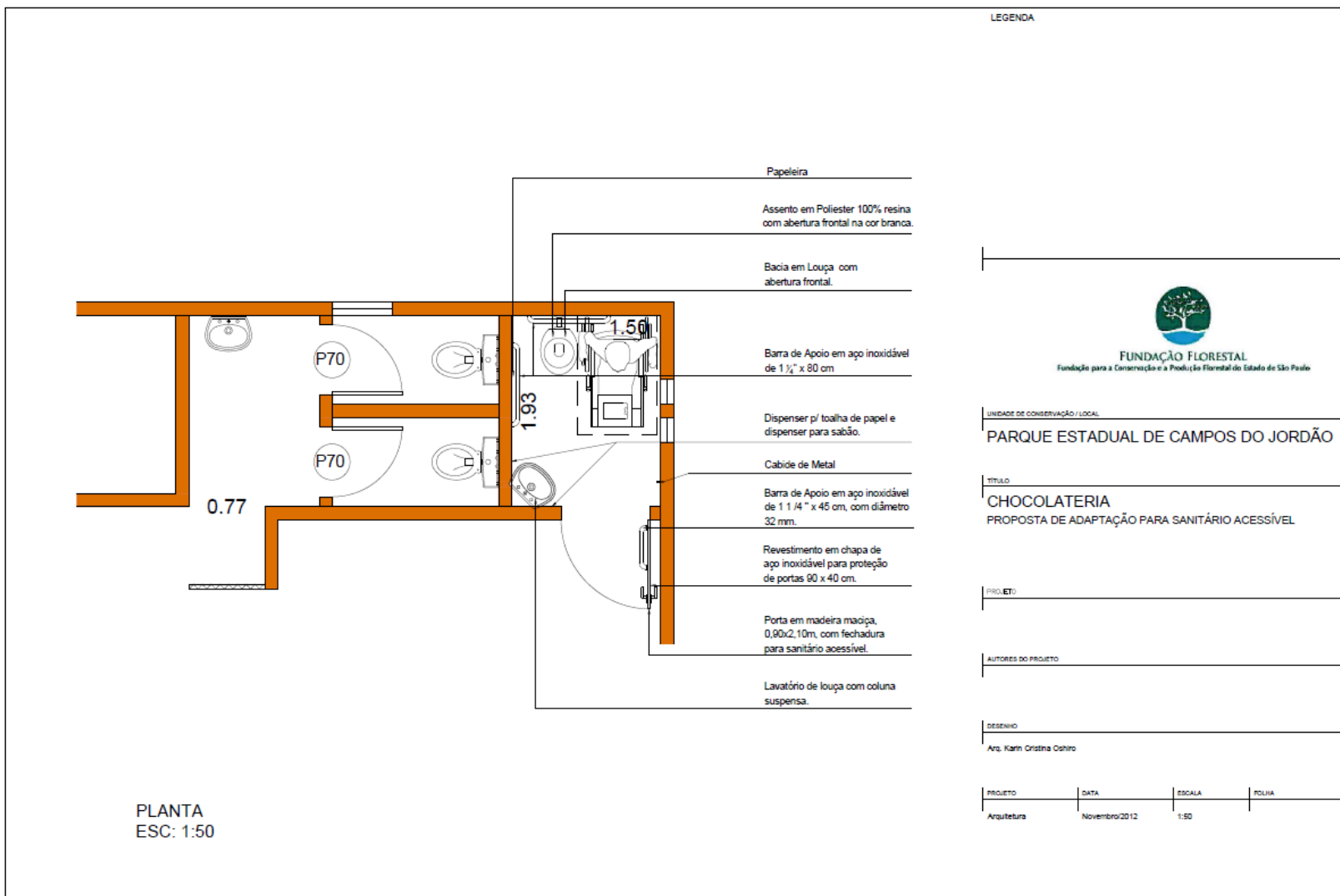
1:50

FOLHA



FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO C





FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO D

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO FLORESTAL

PARQUE ESTADUAL CAMPOS DO JORDÃO
Chocolateria
Proposta de adaptação do Sanitário Acessível

Planilha Orçamentária
Arquitetura
data base: Outubro/2012

ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PSERV	P.TOTAL
1		EQUIPAMENTOS				
	1.1	Louça branca				
	1.1.1	Bacia em louça de 1 º qualidade com abertura frontal para pessoas com mobilidade reduzida na cor branca, conforme norma ABNT-NBR 9050	un	1,00	386,14	386,14
	1.1.2	Lavatório de louça com coluna suspensa de 1 º qualidade, na cor branca, para banheiro acessível conforme norma ABNT-NBR 9050	un	1,00	679,33	679,33
	1.2	Equipamentos linha comercial / industrial				
	1.2.1	Saboneteira Spray fabricada em plástico ABS de 1 º qualidade, alta resistência e durabilidade com válvula dupla de vedação para evitar vazamento, dimensões próximas de 9,5 cm de largura, 12 cm de profundidade e 19 cm de altura	un	1,00	21,24	21,24
	1.2.2	Dispenser para toalha interfolhas de papel, produzido em plástico ABS de 1 º qualidade, alta resistência dimensões próximas de 25 cm de largura, 8,5 cm de profundidade e 35 cm de altura	un	1,00	164,17	164,17
	1.3	Metais				
	1.3.1	Torneira para lavatório com alavanca fechamento automático / acionamento hidromecânico de 1 º qualidade acabamento cromado, bitola de 1/2" (para sanitário acessível) conforme norma ABNT-NBR 9050	un	1,00	458,00	458,00
	1.4	Acessórios				
	1.4.1	Cabide simples de metal cromado de 1 º qualidade com canopla / parafusado, tipo suporte p/ pendurar 2 cozinha, 3 cada sanitário	un	1,00	24,39	24,39
	1.4.2	Espelho cristal de 1 º qualidade, espessura 4mm medindo 0,70 m (largura) x 0,90 m (altura) com moldura em alumínio anodizado alto brilho fixação com parafusos (pré-furação) e suportes em nylon	m²	0,63	292,72	184,41
	1.4.3	Assento para bacia sanitária com abertura frontal para para pessoas com mobilidade reduzida de 1 º qualidade, em poliéster 100% resina na cor branca conforme norma ABNT-NBR 9050	un	1,00	441,78	441,78
	1.4.4	Barra de Apoio para Lavatório suspenso em aço inoxidável com, medindo 49x64x49 cm, diâmetro 1 1/4", conforme Norma ABNT-NBR 9050 para pessoas com mobilidade reduzida (ao redor do lavatório e com os devidos suportes)	un	1,00	305,30	305,30



FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO E

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO FLORESTAL

PARQUE ESTADUAL CAMPOS DO JORDÃO
Chocolateria
Sanitário Masculino e Feminino

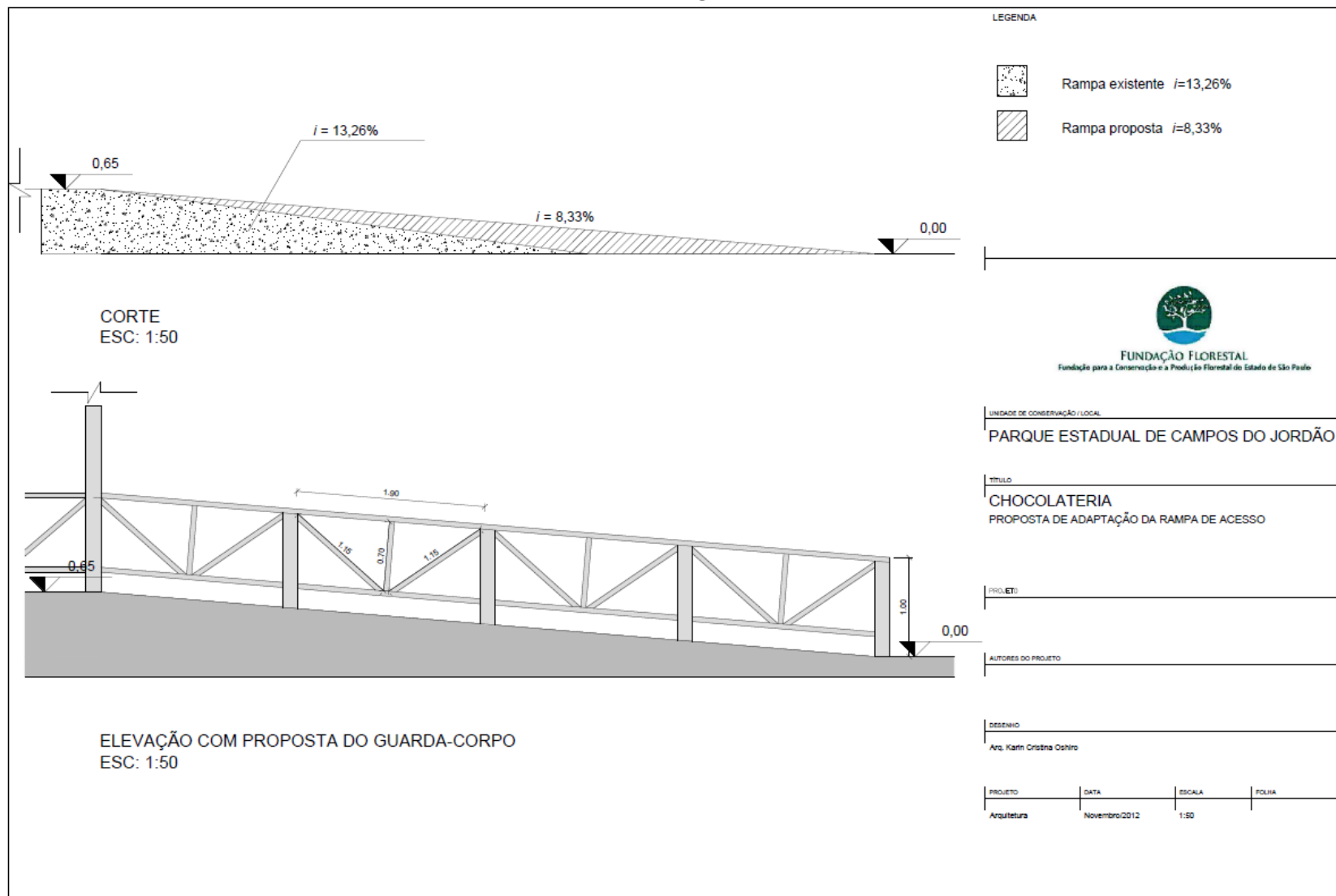
Planilha Orçamentária
Arquitetura
data base: Outubro/2012

ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PSERV	P.TOTAL
1		DEMOLIÇÃO / RETIRADA				
	1.1	Retirada de aparelhos sanitários com reaproveitamento de material				
	1.1.1	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	un	2,00	23,28	46,56
	1.1.2	Retirada de lavatório em louça branca com coluna, inclusive acessórios, assim como a limpeza, a seleção e a guarda do material reaproveitável	un	1,00	30,10	30,10
		Retirada de complementos sanitários fixados, com reaproveitamento de material				
	1.2	Retirada de saboneteira chumbada, incluindo a limpeza, a seleção e a guarda do material reaproveitável	un	2,00	4,07	8,14
		Retirada de porta				
	1.3	Retirada de folha de esquadria em madeira	un	2,00	11,19	22,38
2		REVESTIMENTOS				
	2.1	Piso cerâmico esmaltado PEI-4 resistência química A, para áreas internas sujeitas à lavagem frequente, assentado com argamassa colante industrializada	m²	9,16	33,12	303,38
	2.2	Rodapé cerâmico esmaltado PEI-4 resistência química A, para áreas internas sujeitas à lavagem frequente, assentado com argamassa colante industrializada	m	18,87	14,17	267,39
	2.3	Azulejo - Revestimento em placa cerâmica esmaltada para paredes, assentado com argamassa AC-I colante industrializada	m²	22,64	34,78	787,42
	2.4	Rejunte				
	2.4.1	Rejuntamento de piso em placas cerâmicas, com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 5 até 10 mm	m²	9,16	7,14	65,40
	2.4.2	Rejuntamento de rodapé em placas cerâmicas até 10 cm de altura com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 3 até 5 mm	m	18,87	0,66	12,45
	2.4.3	Rejuntamento de placa cerâmica, com argamassa industrializada para rejunte, juntas até 3 mm	m²	22,64	5,78	130,86



FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO F





FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO G

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
FUNDAÇÃO FLORESTAL

PARQUE ESTADUAL CAMPOS DO JORDÃO
Chocolateria
Proposta de adaptação da Rampa de Acesso

Planilha Orçamentária
Arquitetura
data base: Outubro/2012

ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	PSERV	P.TOTAL
1		GUARDA CORPO E CORRIMÃO EM MADEIRA MACIÇA TRATADA EM AUTOCLAVE COM CCA				
	1.1	Peças com 5 cm de diâmetro, medindo 0,70 m comprimento, em madeira de Eucalipto Citriodora roliço tratado em autoclave com CCA	un	7,00	11,25	78,75
	1.2	Peças com 5 cm de diâmetro, medindo 1,15 m comprimento, em madeira de Eucalipto Citriodora roliço tratado em autoclave com CCA	un	14,00	11,25	157,50
	1.3	Peças com 5 cm de diâmetro, medindo 2,00 m comprimento, em madeira de Eucalipto Citriodora roliço tratado em autoclave com CCA	un	14,00	11,25	157,50
	1.4	Peças com 15 cm de diâmetro, medindo 2,00 m, em madeira de Eucalipto Citriodora roliço tratado em autoclave com CCA	un	4,00	52,47	209,88
	1.5	MAO DE OBRA PARA GUARDA CORPO				
	1.5.1	Mão-de-Obra de carpintaria - carpinteiros	hora	10,00	39,85	398,50
	1.5.2	Mão-de-Obra de carpintaria - ajudantes	hora	10,00	19,95	199,50
		Pintura em peças de madeira				
	1.6	Pintura para o guarda-corpo, na mesma cor do corrimão existente, três demãos a pincel.	m²	15,00	13,67	205,05
2		RAMPA				
	2.1	Concreto	m³	1,50	213,77	320,66
		TOTAL				1.727,34



FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Modelo)

[LOCAL E DATA]

**À
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO
PAULO**

Processo FF: 1309/12

Ref.: Concorrência n.º 01/2013

FORMA DE OPERAÇÃO: Marca própria
 Franquia - Qual ?.....

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos Ditames Editalícios, utilizamo-nos da presente, para submeter à apreciação de V.S.as. os documentos abaixo relacionados, necessários para a licitação referenciada.

- a).....
- b).....
- c).....

Na oportunidade credenciamos junto à **Fundação e a Conservação Florestal do Estado de São Paulo** o Sr..... Carteira de Identidade n.º..... órgão Expedidor....., ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis, transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Atenciosamente,

ASSINATURA(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS)
Licitante – CNPJ

OBS.: Utilizar papel timbrado, informando a razão social, o CNPJ, telefone/fac-símile, *e-mail* e endereço completo da empresa.



ANEXO III - PROPOSTA COMERCIAL (Modelo)

À
FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO
PAULO

REF.: CONCORRÊNCIA N.º 01/2013

Prezados Senhores:

Apresentamos a V.S.as. Nossa Proposta para concessão de uso de área determinada a ser implantados com recursos do licitante, destinado à exploração da Chocolateria, dentro do PARQUE ESTADUAL CAMPOS DO JORDÃO, pelo preço específico mensal, abaixo relacionado, reajustável, conforme discriminado no item 9 do Edital.

a) VALOR MENSAL R\$ _____ (_____)

Caso nos sejam adjudicados os objetos da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Termo de Concessão de Uso no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(s) Sr(s), Carteira de Identidade n.º..... expedida em...../...../....., órgão Expedidor....., e CPF N.º....., como representante(s) legal(is) desta empresa, nos termos do Estatuto/Termo de Concessão de Uso Social.

Informamos que o prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Concordamos em não ter direito de exclusividade, reconhecendo à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo o direito de, a seu critério e a qualquer tempo, dar em utilização outros pontos de interesse comercial para a mesma atividade.

ASSINATURA(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS)
Licitante – CNPJ

OBSERVAÇÕES:

- 1 - UTILIZAR PAPEL TIMBRADO, INFORMANDO A RAZÃO SOCIAL, O CNPJ, TELEFONE / FAC-SÍMILE, E-MAIL E ENDEREÇO COMPLETO DA EMPRESA.
- 2 - ALÉM DAS INFORMAÇÕES ACIMA, A EMPRESA DEVERÁ ACRESCENTAR AS DEMAIS EXIGÊNCIAS CONSTANTES DO EDITAL.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO IV - VISTORIA PARA RECEBIMENTO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Eu, _____, RG _____, vistoriei nesta data as instalações e equipamentos objeto da permissão, de acordo com Edital de Concorrência _____, e declaro as condições de cada uma delas:

Descrição	Estado de conservação declarado pela FF/PEI	Estado de conservação confirmado pela Permissionária
Pintura externa	Pintadas e em perfeitas condições	
Pintura interna	Pintadas e em perfeitas condições	
Pintura dos caixilhos e forro	Pintadas e em perfeitas condições	
Vidros e janelas	Pintadas e em perfeitas condições	
Peças sanitárias	Perfeita condição de uso	
Metais sanitários	Novas no sanitário do PNE	
Instalação elétrica	Nova em perfeitas condições de Uso	
Instalação hidráulica	Funcionando perfeitamente	

Declaro estar ciente que é de minha inteira responsabilidade a manutenção integral da edificação objeto da permissão e de todos os equipamentos, materiais e mobiliário disponibilizados pela Fundação Florestal, bem como pela realização da pintura, interna e externa, quando indicada sua necessidade pela permitente e que, findo o contrato, deverei entregar edificação e bens descritos em iguais condições.

Parque Estadual Campos do Jordão, ____ de _____ de _____

Pela PERMISSONÁRIA: _____
(nome e RG)

Pela PERMITENTE: _____
(nome e RG)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

_____ (nome da licitante) _____, CNPJ nº. _____
sediada _____, por intermédio de seu
representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe, **DECLARA**
expressamente que:

- a) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- b) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____ de _____ de 2012
(Local)

(Assinatura do responsável)

Nome: _____

Cédula de Identidade nº.: _____



FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO VI – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA

Processo FF: 1309/2012

Assunto: Permissão de uso de bem imóvel - chocolateria

IMPORTANTE: TODAS AS UNIDADES RELACIONADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DEVERÃO SER VISTORIADAS E DEVERÁ SER APRESENTADO UM ATESTADO PARA CADA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A APRESENTAÇÃO DO ATESTADO É OBRIGATÓRIA JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(ESTE MODELO DEVERÁ SER REDIGIDO PELO GESTOR DA UNIDADE EM PAPEL TIMBRADO DA FUNDAÇÃO FLORESTAL)

À

FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ATESTADO DE VISTORIA DAS ÁREAS

DECLARO, para os devidos fins, que o Sr. (a) (nome do representante da empresa) RG Nº. _____ representante da empresa (nome da empresa), CNPJ Nº. _____, efetuou vistoria nas áreas estabelecidas para permissão de uso de bem imóvel – chocolateria no Parque Estadual Campos do Jordão, através de licitação na modalidade concorrência nº03/13, em conjunto com o Gestor da Unidade desta Fundação Florestal.

Município, _____, de _____ de 2013.

Assinatura: _____

Gestor da Unidade

Nome: _____

RG: _____

ANEXO VII

RESOLUÇÃO SMA Nº57, DE 12/07/2013

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO DIA 13/07/2013

Resolução SMA-57, de 12-07-2013

Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência e multas relativas aos procedimentos de contratação, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 3º do Decreto estadual 31.138, de 09-01-1990, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto estadual 33.701, de 22-08-1991, e considerando as disposições das Leis federais 8.666, de 21-06-1993, e 10.520, de 17-07-2002, e da Lei estadual 6.544, de 22-06-1989,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e de advertência, a que se referem o artigo 7º da Lei federal 10.520, de 17-07-2002, os artigos 81, 86 e 87, I e II, da Lei federal 8.666, de 21-06-1993, e os artigos 79, 80 e 81, I e II, da Lei estadual 6.544, de 22-06-1989, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.

Artigo 2º - As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução da Casa Civil 52, de 19-07-2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

CAPÍTULO II

DOS PRAZOS

Artigo 4º - **O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis.**



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Artigo 5º - Da decisão, **cabará recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação.

Artigo 6º - A contagem dos prazos de entrega e de início de execução será **feita em dias corridos**, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no instrumento contratual.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 7º - A inexecução total ou parcial de contratos, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado na execução, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

- I - advertência; e/ou
- II - multas.

Artigo 8º - A pena de advertência será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez, exceto nas contratações decorrentes de certames realizados na modalidade pregão, prevista na Lei federal 10.520, de 17-07-2002.

Artigo 9º - A pena de multa será assim aplicada:

I - de 30% do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;

II - de 30% do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;

III - de 1% do valor corrigido da avença, no caso de atraso injustificado na execução do contrato, acrescido de:

- a) 0,2% ao dia, para atrasos de até 30 dias;
- b) 0,4% ao dia, para atrasos superiores a 30 dias, no que exceder ao prazo previsto na alínea "a" deste inciso.

§ 1º - Os percentuais de que tratam as alíneas "a" e "b", do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.

§ 2º - A reincidência no descumprimento do prazo de entrega ensejará a aplicação da multa em dobro.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

§ 3º - O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devido sem decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.

§ 4º - Inexistindo o desconto nos moldes previstos no §3º, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação.

§ 5º - O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.

§ 6º - A aplicação da penalidade de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.

Artigo 10 - O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado inexecução total, salvo razões de interesse público expostos em ato motivado da autoridade competente.

Artigo 11 - A recusa injustificada, impedimento decorrente de descumprimento de obrigações assumidas durante a licitação ou impedimento legal do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 30% valor total corrigido da avença.

Parágrafo único - o valor da multa de que trata este artigo, deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação.

Artigo 12 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 13 - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis federais 8.666, de 21-06-1993, e 10.520, de 17-07-2002, e na Lei estadual 6.544, de 22-06-1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.

Artigo 14 - Independentemente das sanções estabelecidas nos incisos I e II, do artigo 9º, artigo 11 e artigo 13, a adjudicatária/contratada, em razão de sua inadimplência, arcará, ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA

Artigo 15 - São competentes para aplicar, no âmbito das respectivas unidades de despesas, as sanções de advertência e multa, estabelecidas nesta Resolução, os ordenadores de despesas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16 - O valor das multas terá como base de cálculo o valor da contratação, reajustado, e atualizado monetariamente pelo índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo recolhimento.

Artigo 17 - A contagem do prazo será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomado quando não aceito pelo contratante, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 18 - Observado as disposições desta Resolução, a autoridade só poderá deixar de aplicar a sanção se verificado que:

I - não houve infração ou que o notificado não foi o seu autor;

II - a infração decorreu de caso fortuito ou força maior.

Artigo 19 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, ou comunicadas às autoridades competentes, para fins de registro no referido Cadastro.

Artigo 20 - As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 21 - Cópia desta Resolução deverá, obrigatoriamente, integrar os atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 22 - Quanto às omissões desta Resolução, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 23 - A Chefia de Gabinete poderá expedir normas complementares, quando julgar necessárias, para orientação das ações a serem adotadas pelas unidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no cumprimento das disposições desta Resolução.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Artigo 24 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

ANEXO VIII

TERMO DE PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO PRECÁRIO E ONEROSO, DE PRÓPRIO DA FAZENDA DO ESTADO, NA CONFORMIDADE DO DECRETO Nº 57.401, DE 06 DE OUTUBRO DE 2011. – CHOCOLATERIA.

Aos dias do mês de do ano de 2013, nesta Capital do Estado de São Paulo, na sede da FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - FUNDAÇÃO FLORESTAL, neste ato representada por seu Diretor Executivo, Dr....., brasileiro(a), portador(a) do R.G. nº. e inscrito(a) no CPF sob nº., na qualidade de responsável pela gestão administrativa de próprios da Fazenda do Estado de São Paulo relacionados no Anexo I do Decreto estadual nº51.453/2006, alterado pelo Decreto 54.079/2009, e para este ato devidamente autorizado pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, no processo FF nº1309/2012, na conformidade do Decreto Estadual nº. 57.401, de 06 de outubro de 2011, daqui por diante denominada simplesmente **PERMITENTE** e, em virtude de ter sido sagrada vencedora em processo licitatório, na modalidade concorrência - Concorrência FF nº.../..., levada a efeito no referido processo, compareceu a empresa , pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua ..., nº ... , cidade/Estado, inscrita no CNPJ sob nº ..., neste ato representado por seu(ua) , Senhor(a), nacionalidade, estado civil....., profissão, portador(a) do documento de identidade R.G. nº., inscrito no CPF/MF sob nº., residente e domiciliado(a) na Rua, Município de, devidamente autorizado(a) para a prática do presente ato, nos termos do respectivos estatutos sociais, daqui por diante denominada simplesmente **PERMISSIONÁRIA**, presentes ainda as testemunhas adiante nomeadas e no final assinadas. Pela **PERMITENTE**, ante os presentes, foi dito:

PRIMEIRO – que é a responsável pela gestão administrativa do imóvel de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, inserido no Parque Estadual Campos do Jordão, que por sua vez conta com uma área de m², composta por, conforme laudo de avaliação que se encontra à fls., e plantas de fls., do processo FF nº ..., onde, em local determinado no croqui de localização de fls., deverá ser (Obs: explorada atividade de ecoturismo, ou instalado....., destinado à), de acordo Termo de Referência que representa o Anexo I da referida licitação e que passa a integrar o presente termo.



FUNDAÇÃO FLORESTAL

SEGUNDO - que, tendo em vista a autorização concedida pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, com amparo no Decreto nº57.401/2011, e em virtude da empresa ter sido sagrada vencedora na Concorrência FF nº.../..., a **PERMITENTE** outorga a permissão de uso do espaço mencionado na cláusula primeira, ficando a **PERMISSIONÁRIA** autorizada a ocupá-lo, pelo prazo de 30 (trinta) meses, que poderá ser renovado por período sucessivo, igual ou inferior ao inicialmente outorgado, a critério exclusivo da **PERMITENTE**, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, podendo ainda, ser revogada pela Administração, a qualquer tempo, por razões de conveniência e oportunidade.

TERCEIRO - que a presente permissão é realizada **a título precário, qualificado e remunerado**, não gerando qualquer direito, sendo revogável a qualquer tempo e "ad libitum" da Administração Estadual, obrigando-se a **PERMISSIONÁRIA** a restituir as áreas, em perfeita ordem, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação que reclamar esta restituição, sem direito a qualquer pagamento ou indenização, seja a que título for, inclusive por benfeitorias nele realizadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio estadual.

QUARTO - que, em decorrência desta permissão de uso a **PERMISSIONÁRIA** se obriga ainda a:

a) pagar a remuneração devida no importe mensal de R\$ (... reais) ou 10% do valor do faturamento bruto, prevalecendo o maior valor, por meio de recolhimento à **PERMITENTE**, na conta corrente do Banco do Brasil, ag., c/c., até o quinto dia útil do mês subsequente ao de referência, sendo que o valor mencionado será reajustado anualmente, a contar da assinatura do presente instrumento, com base na variação do IPC-FIPE.

a.1) Havendo atraso no pagamento, sobre o valor incidirá correção monetária, bem como juros moratórios, à razão de 2% (dois por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.

b) manter a área/imóvel em boas condições de conservação para assim restituí-la(o) à **PERMITENTE**;

c) arcar com os custos dos projetos e de reformas e de manutenção da área/imóvel, de acordo com o previsto no edital e no Termo de Referência, obedecidas todas as formalidades exigidas pela lei;

d) cumprir as exigências da **PERMITENTE** que, a qualquer tempo, forem consideradas necessárias ou oportunas, tendo em vista o interesse público da presente liberalidade;



FUNDAÇÃO FLORESTAL

- e) comunicar imediatamente à **PERMITENTE** qualquer fato novo ou relevante a respeito de aspectos técnicos ou sobre o uso e conservação da área/imóvel, impedindo que terceiros dela (e) se apossem ou se utilizem;
- f) informar à **PERMITENTE** sobre qualquer alteração da área/imóvel e do seu entorno, sendo expressamente vedado o transpasse desta permissão a terceiros;
- g) restringir a utilização da área/imóvel aos fins que motivaram a presente permissão;
- h) apresentar, para aprovação pela **PERMITENTE**, os projetos e memoriais das modificações físicas eventualmente necessárias, que deverão atender rigorosamente todas as normas legais e regulamentares pertinentes, inclusive as exigências dos órgãos de defesa do patrimônio artístico e cultural, em particular as do CONDEPHAAT, quando necessário, respondendo a **PERMISSIONÁRIA** por eventuais danos resultantes de obras, serviços ou trabalhos que realizar na área/imóvel, inclusive perante terceiros;
- i) recolher eventuais tributos que recaiam ou venham a recair sobre a área/imóvel cuja permissão de uso lhe é outorgada, arcando com as despesas relativas ao fornecimento de energia elétrica, água/esgoto, por meio de medição realizada por equipamento medidor, que deverá ser instalado pela **PERMISSIONÁRIA** (OBS: ou indicar outro procedimento); telefonia, internet; e demais despesas incidentes sobre a área/imóvel, respondendo ainda por todas as exigências dos poderes públicos a que der causa;
- j) responsabilizar-se pela conservação e pelo serviço de limpeza da área/imóvel objeto da presente permissão, respondendo, ainda, pela sua segurança, observando as determinações do/da..... do Parque Estadual Campos do Jordão;
- k) restringir a utilização da área/imóvel e de eventuais equipamentos instalados aos fins que motivaram esta permissão com estrita observância aos termos do edital e do Termo de Referência que nortearam o processo licitatório;
- l) utilizar a área/imóvel objeto da presente permissão com a observância de todas as normas de especial proteção a que ele está submetido, tendo em vista tratar-se de unidade de proteção integral, com especial respeito às disposições contidas no Plano de Manejo;
- m) cumprir com todas as obrigações constantes do edital e do Anexo I – Termo de Referência, que passam a fazer parte integrante do presente termo de permissão de uso.

QUINTO - que a **PERMITENTE** se reserva o direito de fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do presente termo, a qualquer tempo, por meio do(da) ... do Parque



FUNDAÇÃO FLORESTAL

Estadual Campos do Jordão, responsável pelo acompanhamento da presente permissão, podendo também, especificar órgão para realizar a referida fiscalização.

SEXO - que a violação pela **PERMISSIONÁRIA** das cláusulas ou condições aqui estabelecidas, bem como das disposições do edital, especialmente o disposto no item 11, que trata das sanções para o caso de inadimplemento, e Anexo I do edital – Termo de Referência, acarretará a revogação de pleno direito da presente permissão, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial.

SÉTIMO - que a não restituição imediata da área pela **PERMISSIONÁRIA**, tanto nas hipóteses supracitadas como na da cláusula terceira, caracterizará esbulho possessório e ensejará a sua retomada pela forma cabível, inclusive ação de reintegração de posse com direito a liminar.

OITAVO – que fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, o edital e seus anexos, bem como a proposta da **PERMISSIONÁRIA** para o objeto desta licitação.

NONO – que, fica eleito o foro da Comarca da Capital, com prejuízo de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer pendência originária da presente permissão. Pela **PERMISSIONÁRIA**,, por sua representante, me foi dito que aceitava esta permissão de uso em todos os seus termos, cláusulas e condições. Assim foi lavrado o presente **TERMO**, que recebeu o nº/2013-FF, em 02 (duas) vias igual teor, as quais, depois de lidas e achadas conformes, são assinadas pelas partes e pelas testemunhas presenciais, abaixo qualificadas.

P/PERMITENTE

P/PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

nome e RG
